

Condições de Abertura do Ano Letivo 2024-2025

• Nota prévia

Apesar das políticas que têm sido impostas na Educação, marcadas pela falta de investimento, as escolas públicas têm sido extraordinárias na capacidade de organização e funcionamento que apresentam, refletida nos resultados obtidos, os quais não são mensuráveis em *rankings* que comparam a média obtida pelos alunos em exames.

A capacidade de resposta das escolas públicas deve-se, essencialmente, ao trabalho e elevado profissionalismo dos docentes e do pessoal não docente – ainda que, por norma, pouco reconhecido pelo poder político – e, também, ao esforço dos estudantes e suas famílias.

Se houver um efetivo investimento público na Educação e recursos adequados às necessidades, permitindo resolver problemas e superar lacunas, o sistema educativo português afirmar-se-á como um dos melhores, assente numa Escola Pública de elevada qualidade e profissionais de excelência.

• O levantamento

O levantamento sobre a situação em que os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (AE/EnA) abriram o ano letivo teve como principal contributo o das respetivas direções e decorreu entre os dias 12 e 20 de setembro de 2024.

O número de inquéritos validados, por terem sido integralmente respondidos, é de 407 o que corresponde a 50,3% do total de AE/EnA. Este número é, por isso, representativo da realidade nacional, tendo, também, em conta a sua distribuição regional:

- Norte (Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança): 124 (30,4%);
- Centro (Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco): 98 (24,1%);
- Lisboa e Vale do Tejo (Santarém, Lisboa e Setúbal): 125 (30,7%)

- Sul (Portalegre, Évora, Beja e Faro): 60 (14,8%)

A FENPROF tem em sua posse as respostas recebidas.

• Falta de investimento na origem dos problemas

A abertura do ano letivo 2024-2025 fica marcada, de novo, pela falta de professores. Se tivermos em conta os horários não preenchidos ao longo da semana e a sua natureza (ciclos e horas), verificamos que o número de alunos com, pelo menos, um professor em falta ainda não baixou dos 100 000. No entanto, esse não é o único problema a afetar as escolas, em resultado do subfinanciamento a que tem estado sujeita a Educação. Um subfinanciamento que já se tornou crónico. Não são soluções para este problema a substituição de financiamento público, que deveria ser garantido pelo Orçamento do Estado, por fundos europeus ou a transferência de parte dessa responsabilidade para os municípios.

A ONU, em declaração recente do Secretário-Geral, emitiu 59 recomendações para a Educação, instando os estados a garantirem um financiamento adequado e previsível. Organizações internacionais, como a UNESCO, UNICEF, OIT, Internacional da Educação, entre outras, consideram que os estados deverão destinar uma verba na ordem dos 6% do PIB para a Educação. Em Portugal, não tem havido adequação, nem previsibilidade e, atualmente, o valor destinado à Educação vai pouco além dos 3% do PIB.

Este subfinanciamento tem consequências. De entre elas, destaca-se a falta de professores, que resulta da desvalorização da profissão, tendo levado mais de 14 500 docentes, a maioria jovens, a abandoná-la nos últimos 6 anos (informação da DGAE/MECI) e da aposentação de professores em número crescente. Simultaneamente, os jovens que concluem o ensino secundário evitam os cursos de formação de professores e educadores. Houve um aumento de procura nos últimos 3 anos, é certo, mas que fica muito aquém do número de docentes que se aposentam.

A situação que hoje se vive era previsível: por um lado, porque o envelhecimento do corpo docente permitia prever que seriam milhares os que se aposentariam ao longo da década; por outro lado, porque a falta de candidatos aos cursos de formação de professores tornava óbvia, há muito, a carência que se vive. Apesar da previsibilidade, nada foi feito e, não há muitos anos, os governantes negavam o problema. Eram recorrentes afirmações em que aconselhavam os docentes a emigrar, afirmando, ainda, que o ministério da Educação não era agência de emprego. Esses governantes acusavam os sindicatos e a comunicação social de explorar situações pontuais para “armarem confusão”. O resultado da irresponsabilidade dos governantes está à vista!

Para além do problema da falta de professores, a FENPROF também quis saber se: as salas de aula existentes eram suficientes, face ao aumento do número de alunos; o número de alunos por turma respeitava os limites estabelecidos na lei; o número de profissionais e trabalhadores não docentes das escolas era o adequado; as escolas estavam preparadas para promover uma educação inclusiva (alunos com necessidades específicas, sejam decorrentes de deficiência, de barreira linguística ou outras causas); tinham condições para avançar rumo à digitalização; as condições do edificado garantiam conforto e segurança.

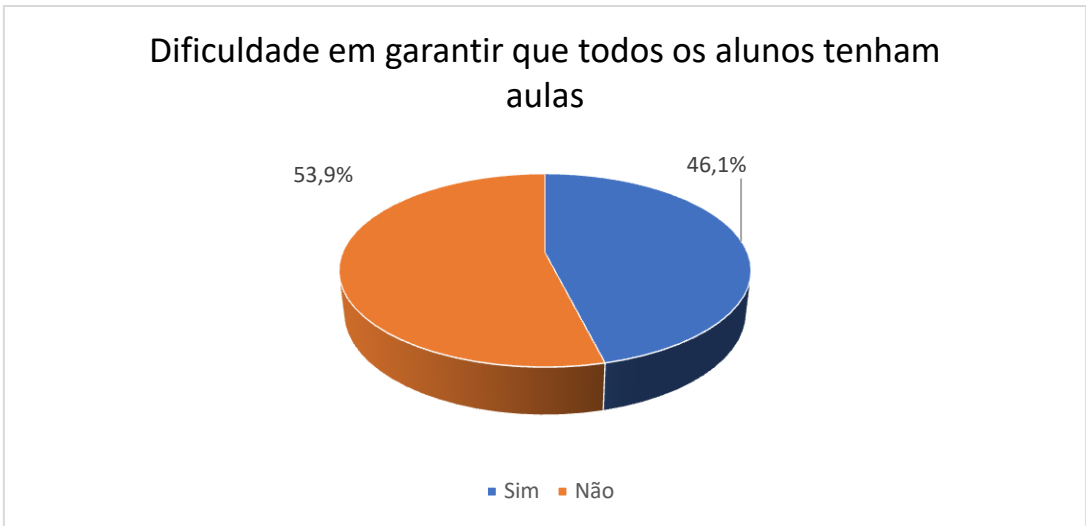
O resultado confirma que há muito a fazer nas escolas para resolver os seus múltiplos problemas. Confirma-se, por exemplo, que a “municipalização” não resolveu a falta de assistentes operacionais, a digitalização é assunto adiado num elevado número de escolas, devido à falta de equipamentos e/ou à insuficiência da rede de Internet e que quase 1/3 dos estabelecimentos necessita de obras.

Em suma, a Educação não pode esperar e o próximo Orçamento do Estado terá de dar fortes sinais da intenção de sair do quadro de subfinanciamento em que esta se tem arrastado. Se tal não acontecer, os problemas agravar-se-ão e outros surgirão. Se tal não acontecer, seremos levados a concluir que os atuais governantes, tal como os seus antecessores, não passaram das palavras (de valorização da Escola e dos seus profissionais) aos atos efetivamente valorizadores.

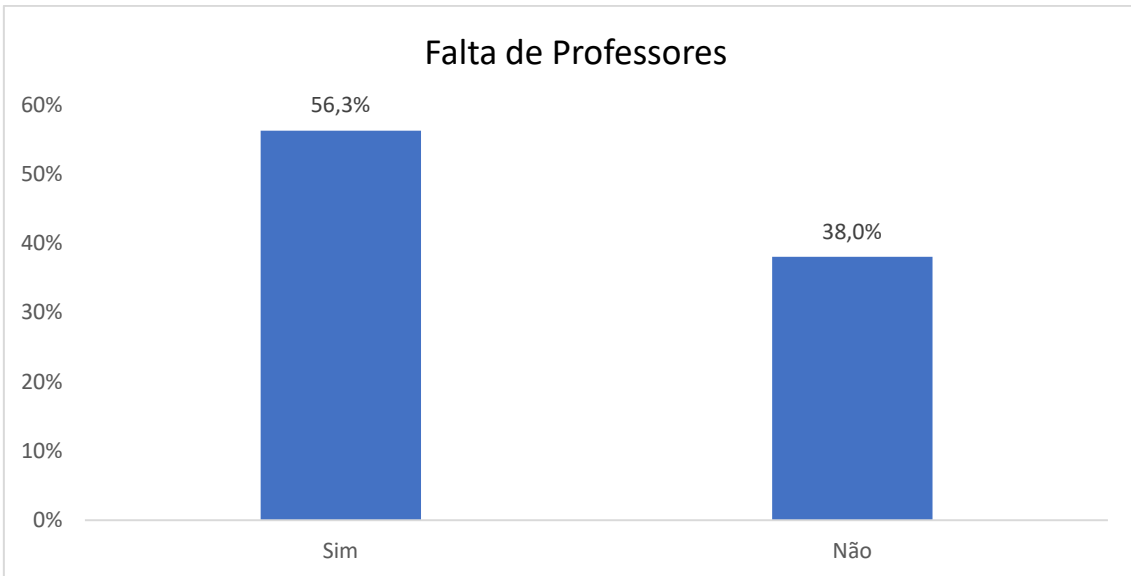
Resultados do levantamento

1 Dificuldade em assegurar que todos os alunos tenham aulas

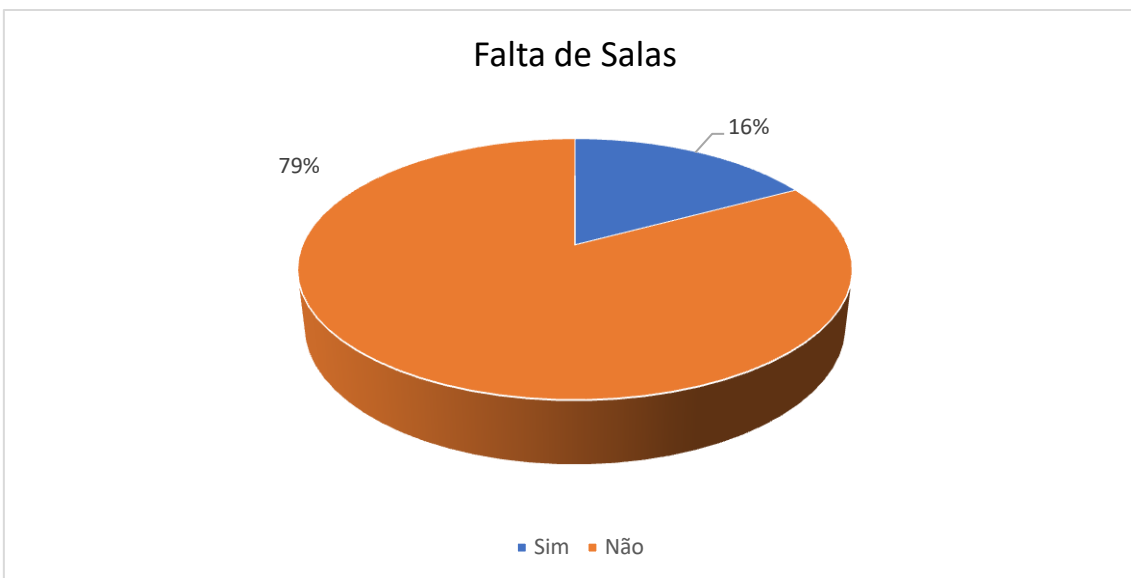
Quase metade dos AE/EnA sente dificuldade em garantir que todos os alunos tenham as aulas todas (Quadro 1), na maior parte dos casos (56,3%) por falta de professores (Quadro 2), mas, em alguns casos, por falta de salas de aula. São 16% os AE/EnA a assinalar essa dificuldade (Quadro 3) que, em muitos concelhos, está a levar à reativação de salas.



Quadro 1 – Dificuldade em assegurar que todos os alunos têm aulas



Quadro 2. Alunos sem aulas devido à falta de professores

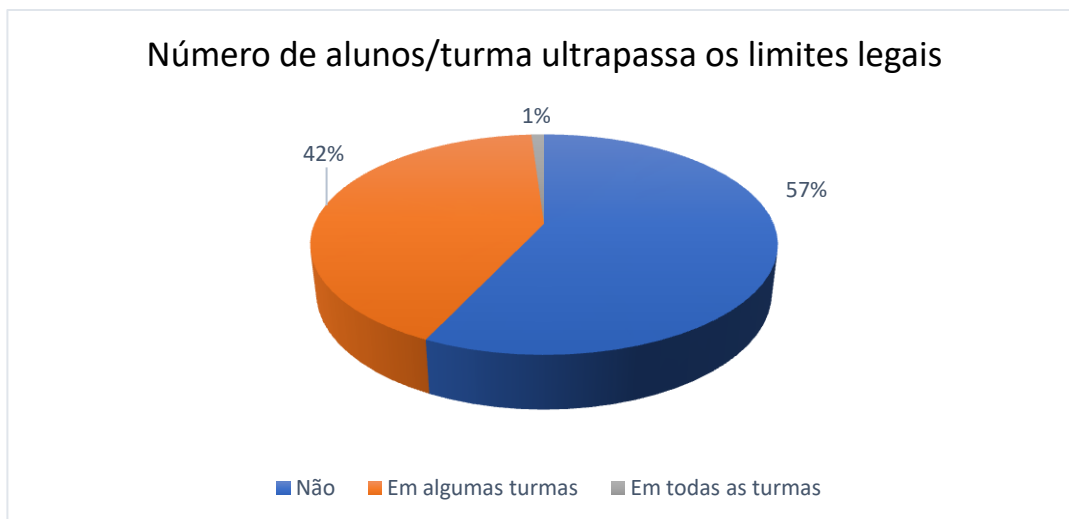


Quadro 3. Alunos sem aulas devido à falta de salas de aula

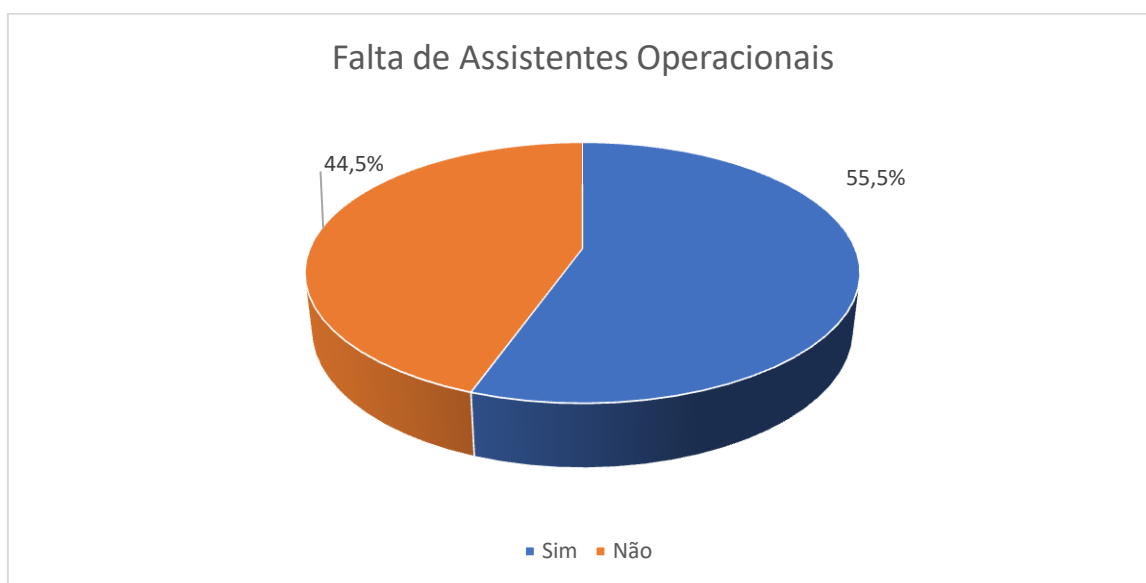
2 OUTRAS DIFICULDADES NA ORGANIZAÇÃO DOS AE/EnA

Na organização e funcionamento das escolas, há dois aspectos de muita importância: o número de alunos por turma que, num tempo que se diz respeitador da diversidade e promotor de educação inclusiva, ganha ainda maior importância; a existência de trabalhadores não docentes, desde logo assistentes operacionais em número suficiente e devidamente qualificados. Só pouco mais de metade das escolas (57%) afirma respeitar os limites legais de alunos (Quadro 4); em relação ao número de assistentes operacionais (Quadro 5), mais de metade considera que estão em falta.

Acresce esclarecer que muitas escolas que referem não faltar assistentes operacionais, têm em conta o ratio estabelecido, porém, nas observações, esclarecem que esse ratio fica aquém da necessidade, pois não respeita a tipologia das instalações. Esta informação foi confirmada na recente reunião que juntou a FENPROF e as associações de dirigentes escolares, complementada com outra: a transferência de competências para os municípios não deu resposta ao problema e, de uma forma geral, fez baixar o nível de qualificação destes trabalhadores.



Quadro 4. Número de alunos por turma



Quadro 5. Carência de assistentes operacionais

3 Digitalização, incluindo desmaterialização de manuais

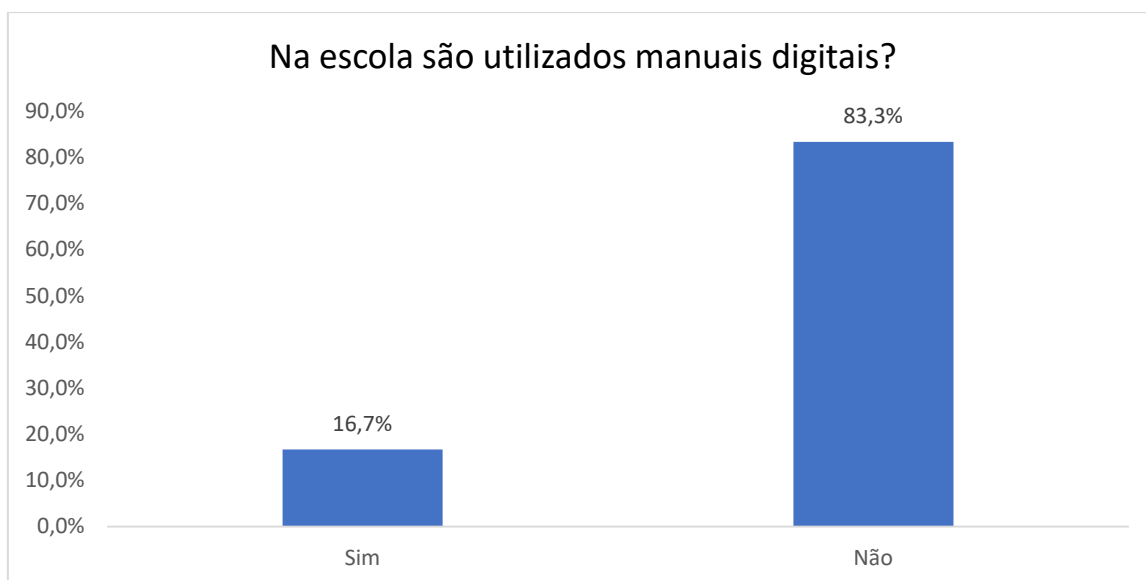
A digitalização foi anunciada como a antecipação do futuro. Portugal seria exemplo com a desmaterialização dos manuais, a distribuição de computadores a alunos e professores... isto é, Portugal estaria na linha da frente, mas não é isso que chega das escolas.

Em 83,3% dos AE/EnA não se utilizam manuais digitais, pelo menos em algumas disciplinas (Quadro 6) e, dos que chegaram a usar, um grande número tem vindo a desistir (Quadro 7), ainda que, nem sempre, de forma generalizada. Há falta de equipamentos em mais de metade das escolas (Quadro 8), há equipamentos avariados em 80% das escolas (Quadro 9), sendo, ainda, de registar que a grande maioria das escolas não tem técnicos

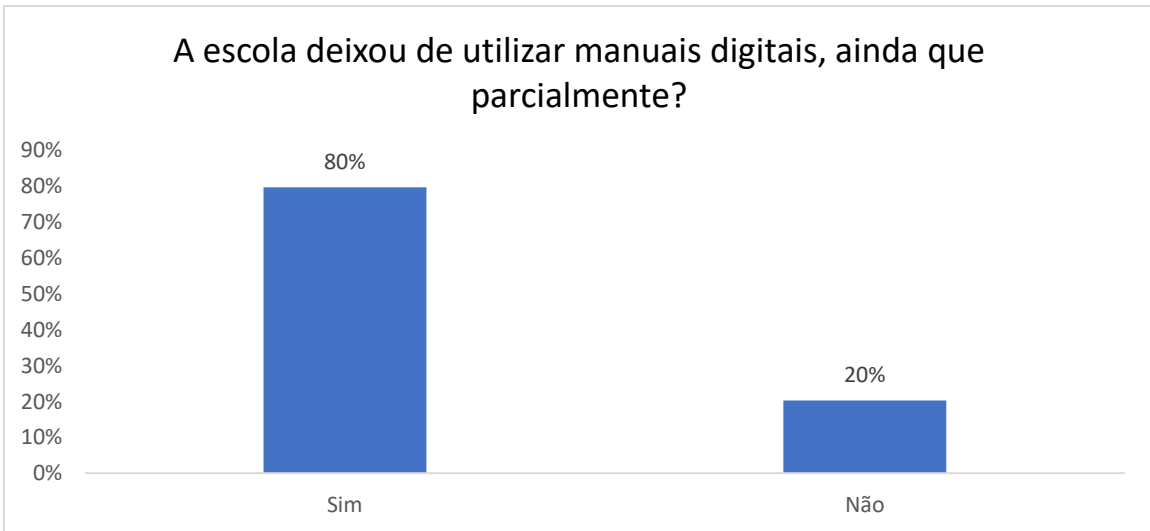
para reparar estas avarias. Não correspondendo a avaria, mas obrigando a um trabalho suplementar nas escolas, neste período pós-férias, os computadores bloquearam, por falta de utilização, o que resulta em trabalho acrescido, e indevido, para os docentes.

Por último, 80% dos AE/EnA respondem não ter rede suficiente que permita o recurso ao ambiente digital em simultâneo (Quadro 10).

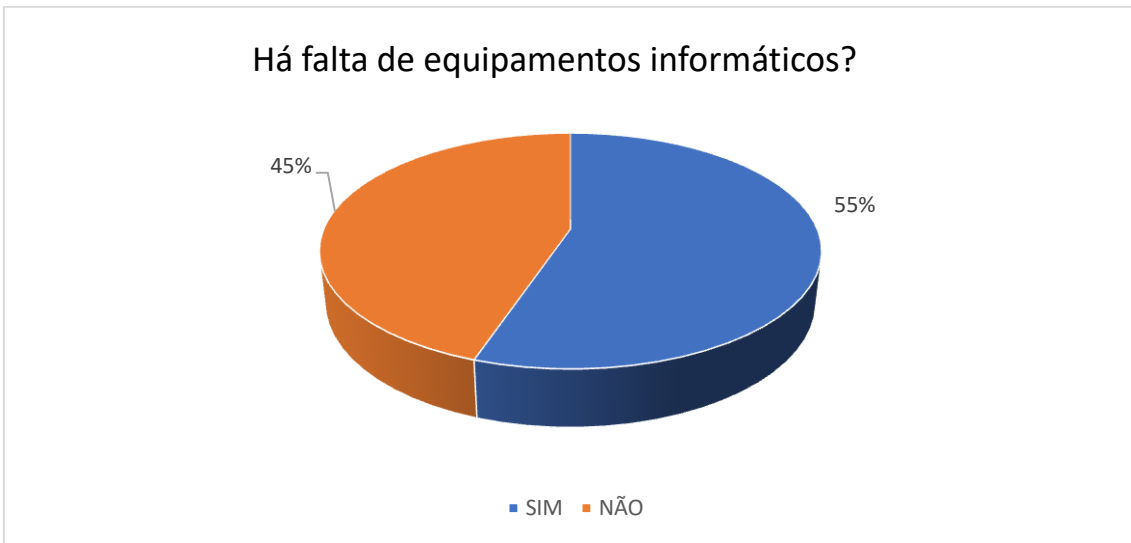
Entretanto, neste início de ano letivo, professores e famílias souberam que, com exceção dos alunos dos 1.º, 2.º e 3.º escalões do abono familiar, bem como alunos de anos com provas finais ou exames, passarão a ter de pagar o cartão SIM para o hotspot fornecido pelas escolas para o exercício de atividade. Ou seja, os docentes e milhares de alunos, terão de pagar o que deveria ser um importante instrumento de trabalho. Será este o caminho da digitalização na Educação, com profissionais e alunos a pagar para trabalhar e frequentar a escolaridade obrigatória, respetivamente?



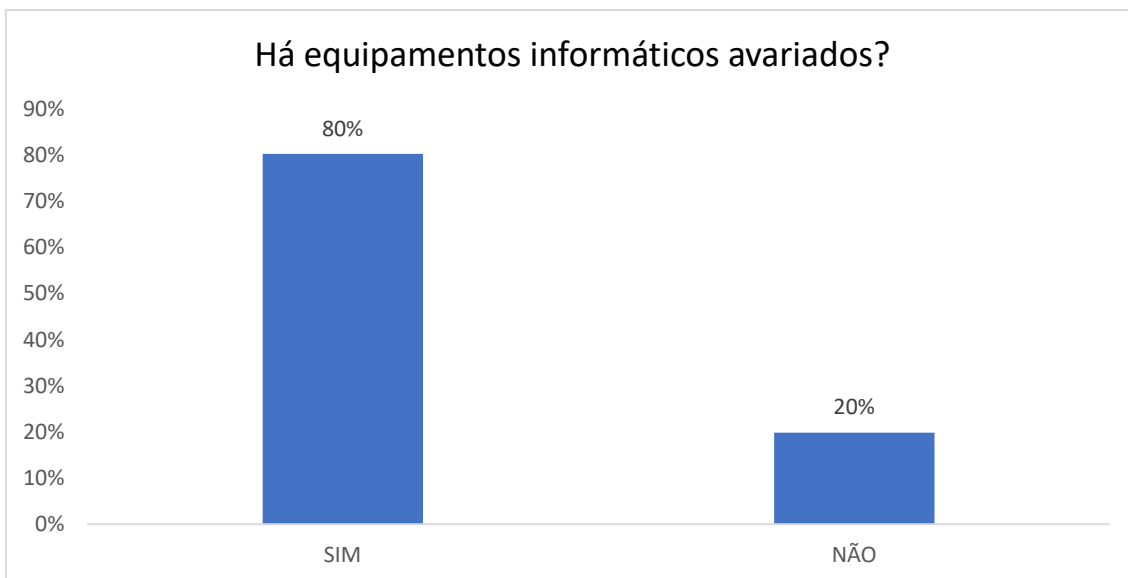
Quadro 6. Utilização de manuais digitais



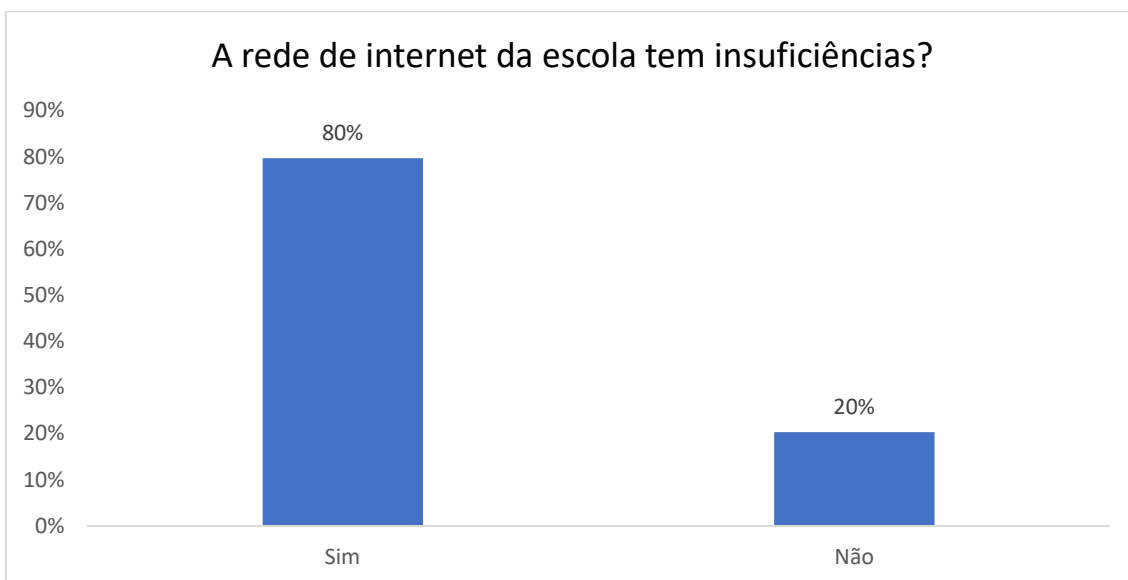
Quadro 7. Escolas que abandonaram a utilização de manuais digitais, ainda que parcialmente



Quadro 8. Carência de equipamentos informáticos



Quadro 9. Condição dos equipamentos informáticos



Quadro 10. Capacidade da rede de Internet

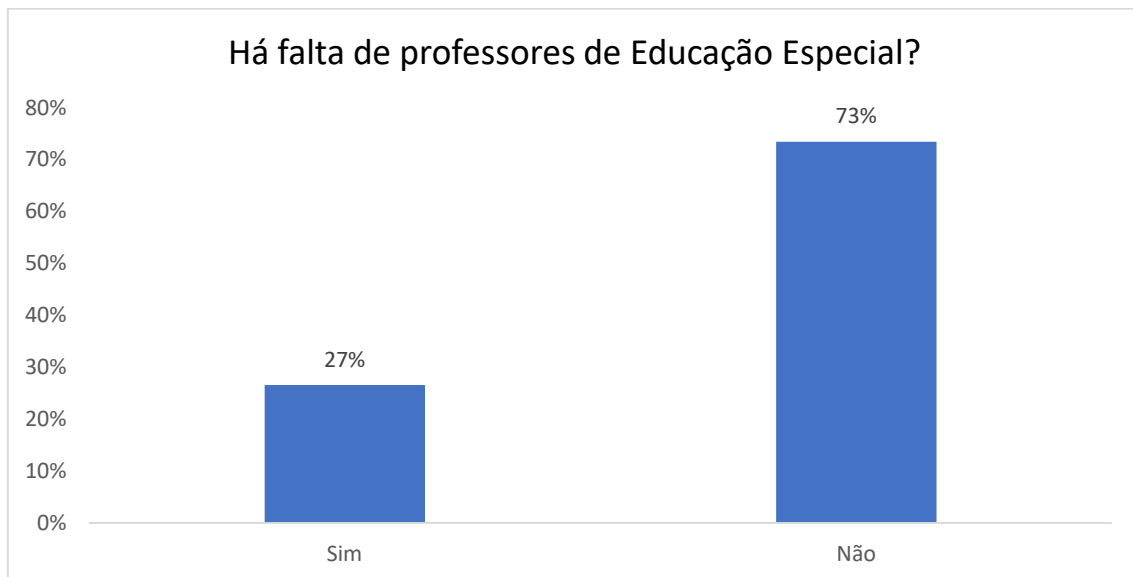
4 Educação inclusiva

A inclusão não se esgota na resposta a alunos com deficiência, mas a todos os que apresentem necessidades específicas, cuja origem pode ser a mais diversa. Hoje, com o

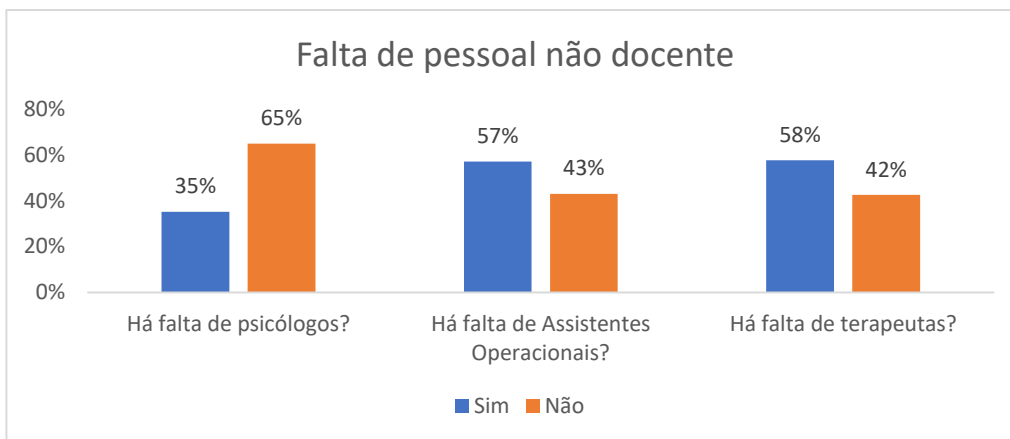
aumento do número de alunos estrangeiros nas escolas, já representando 14% da população escolar estudantil, há novos desafios que se colocam. Neste âmbito, a língua é um dos obstáculos a ultrapassar e a resposta, nesse domínio, é insuficiente. Há falta de docentes de Português Língua Não Materna (PLNM) e a maior parte é autodidata, aprendendo com a experiência e/ou frequentando ações de formação que vão encontrando; a agravar a situação, as turmas, para se constituírem, terão de ter 10 alunos, o que é excessivo, tendo em conta a diversidade de idiomas que existem; mas os alunos provenientes dos países da CPLP não entram na contabilização, o que põe em causa a igualdade de oportunidades, enquanto direito universal.

Do levantamento resulta que, em mais de 1/4 dos AE/EnA, faltam docentes de Educação Especial (Quadro 11), em mais de 1/3 faltam psicólogos e, em mais de metade, sendo esta a situação mais grave, faltam assistentes operacionais devidamente qualificados para acompanhar alunos com necessidades específicas e também terapeutas (Quadro 12). Faltam, ainda, terapeutas em 48% dos AE/EnA, o que, em muitos casos, limita a 30 minutos semanais o apoio que é dado aos alunos que necessitam de terapias.

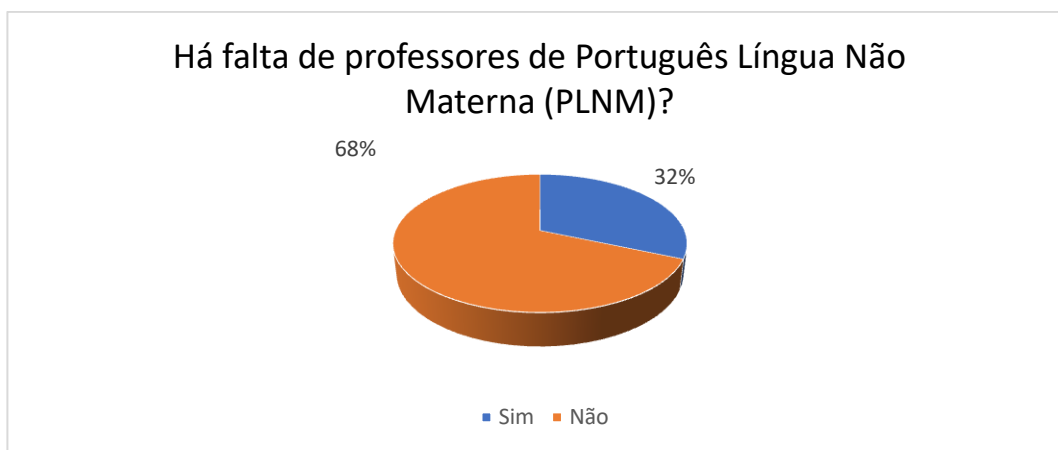
No que se refere a docentes para Português Língua Não Materna, 2/3 dos AE/EnA considera não ter falta (Quadro 13). Contudo, 80% afirma que nem todos têm formação na área e, destes, 20% afirma que nenhum tem formação (Quadro 14). A criação de um grupo de recrutamento de PLNM, com a fixação de habilitação para o efeito, contribuirá para a superação deste défice.



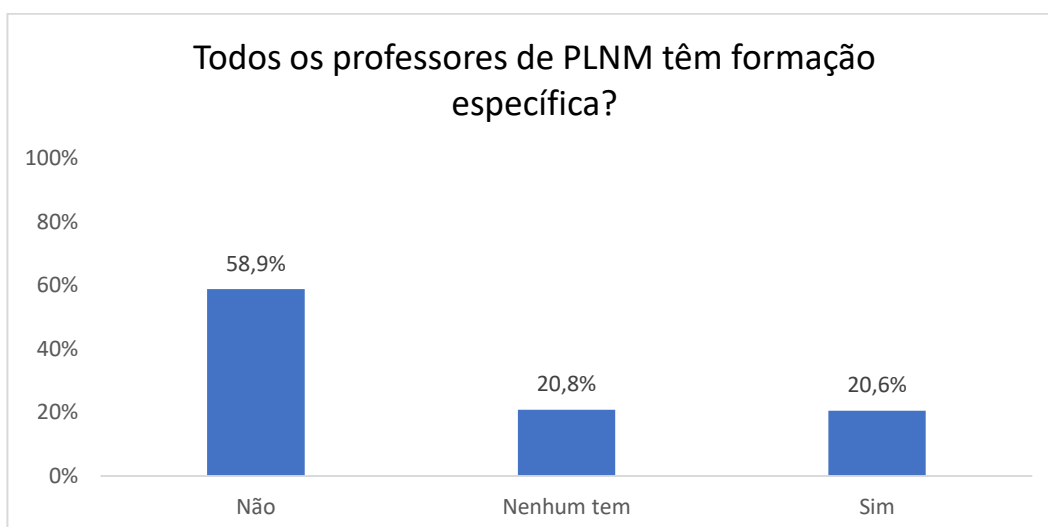
Quadro 11. Docentes de Educação Especial



Quadro 12. Pessoal não docente de apoio a alunos com necessidades específicas



Quadro 13. Docentes de Português Língua Não Materna (PLNM)

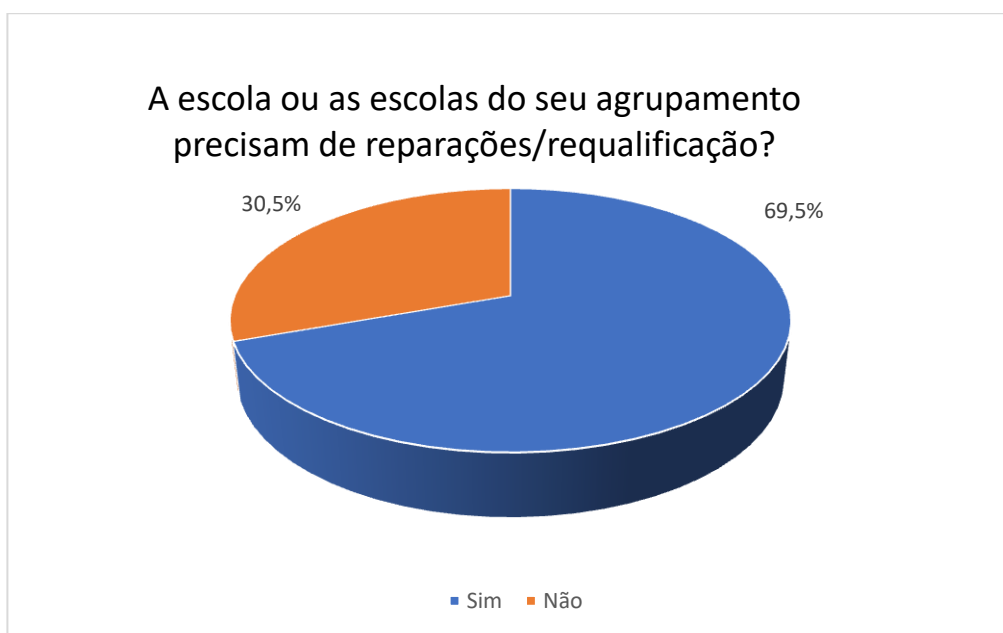


Quadro 14. Formação em PLNM dos docentes que exercem esta atividade

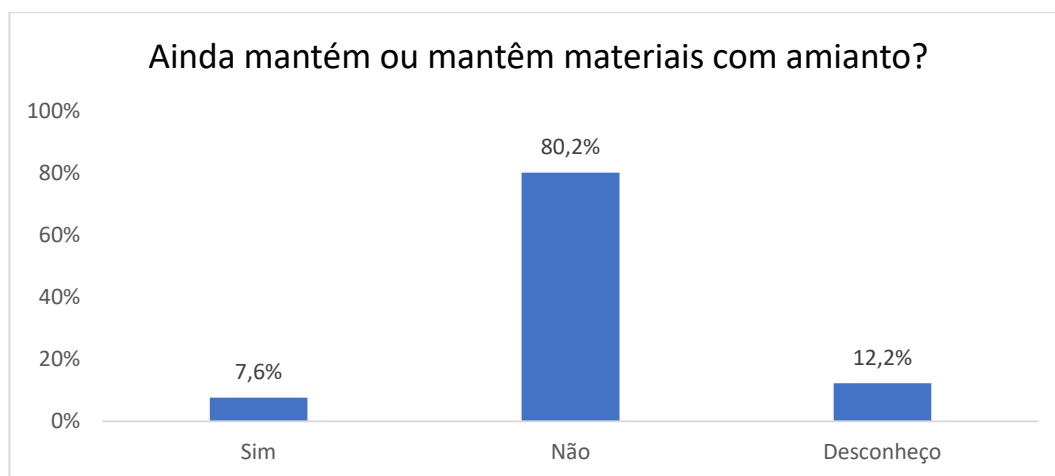
5 Condições do edificado

Cerca de 1/3 dos AE/EnA refere que as instalações se encontram danificadas, necessitando, nuns casos, de obras de reparação, mas, noutros, de requalificação profunda (Quadro 15). Algumas das escolas que necessitam de obras são das que, construídas pela Parque Escolar, empresa de má memória, tiveram um elevado custo para o erário público.

Apesar de toda a propaganda em torno da remoção do amianto das escolas, ainda há 7,6% dos AE/EnA a confirmar que tal fibra, reconhecidamente cancerígena para os seres humanos, se mantém no espaço escolar; tão preocupante ou mais é o facto de 12,2% afirmar desconhecer se existe ou não amianto na construção, o que significa que, nessas escolas, não terá, sequer, sido feito o indispensável levantamento pelas entidades competentes (Quadro 16).



Quadro 15. Necessidade de reparações / requalificação



Quadro 16. Remoção de amianto dos edifícios escolares

● **Conclusão, proposta e ação imediata**

Como se afirma no início, os problemas vividos pelas escolas na abertura do ano letivo, e que se mantêm, estão longe de se esgotar na falta de professores, ainda que esse seja um problema gravíssimo, que põe em causa o direito ao ensino. Tais problemas resultam da falta de investimento na Educação e na Escola Pública em especial. Nos anos da troika, a Educação foi das áreas em que se verificaram maiores cortes e, a partir daí, o crescimento foi curto, insuficiente para as necessidades, problema que se arrasta.

A FENPROF insta o governo a alterar esta situação, investindo, de facto, na Educação. Um investimento que deverá permitir, ao longo da Legislatura, que se atinjam os 6% do PIB. Nesse sentido, em 2025, a Educação (sem considerar o ensino superior) deverá alcançar os 4,5% do Produto Interno Bruto para que, nos anos seguintes, cresça à razão de 0,5% ao ano, atingindo os 6% em 2028. Só dessa forma será possível dar a resposta adequada aos problemas existentes e valorizar, de facto, a Escola Pública e os seus profissionais.

Esta exigência será uma das que os professores assumirão em 5 de outubro, na iniciativa que terá lugar em Lisboa, no âmbito da celebração do Dia Mundial do Professor.

Com aquela iniciativa, encerrar-se-á o ciclo de 18 plenários distritais que hoje se inicia em Aveiro e em Beja. Estes plenários correrão o país ao longo dos próximos 9 dias úteis, à razão de 2 por dia, por ordem alfabética, onde se debaterão estas e outras questões, apresentarão as propostas da FENPROF para debate, auscultarão os professores, no sentido de os mobilizar para o que aí vem: revisão do ECD, Orçamento do Estado para 2025, eventual revisão do regime de concursos, revisão do modelo de gestão, com a anunciada intenção de criar um estatuto e uma carreira de diretor à margem da docente...

Nota final: Para além de divulgação pública, este documento será enviado a Presidência da República; Assembleia da República; Governo (Primeiro-Ministro e Ministro da Educação, Ciência e Inovação); Associações Científicas e Profissionais de Docentes; Associações de Dirigentes Escolares; Movimento Associativo de Pais; CGTP-IN, FNSTFPS, STAL e Sindicato dos Psicólogos Portugueses; Associações de intérpretes de LGP; CNOD e APD; Conselho Português para os Refugiados e Associações de imigrantes).

Aveiro, 23 de setembro de 2024

O Secretariado Nacional da FENPROF